

Lógicas de poder e domínio dos corpos em 1984: manipulação da verdade e biopolítica

Logics of power and domination of bodies in 1984: manipulation of truth and biopolitics

Aicha de Andrade Quintero Eroud¹

Lorena Rodrigues Tavares de Freitas²

RESUMO: A obra 1984 é um romance distópico que retrata uma sociedade que vive sob um regime totalitário impregnado pelo Partido, liderado pelo *Big Brother*, o Grande Irmão. O objetivo deste estudo é analisar as dinâmicas da sociedade reproduzida por George Orwell, com a intenção de compreender as lógicas de poder utilizadas pelo Partido para almejar a dominação dos corpos e, conseqüentemente das vestimentas. Do ponto de vista teórico, este estudo se apoia nas noções de biopolítica de Michel Foucault e Giorgio Agamben, utiliza as análises de Hannah Arendt sobre o totalitarismo e traz o conceito de panoptismo delineado por Foucault. Como resultado, argumenta-se que a biopolítica e a manipulação da verdade pelo Partido se inscrevem como lógicas de poder, sendo a vigilância um instrumento que auxilia no controle e aumento da efetividade do poder e no domínio do sistema totalitário sobre o indivíduo. Também constatou-se que a vestimenta, como extensão do corpo, configura-se como tecnologia da biopolítica.

Palavras-chave: 1984; Manipulação; Totalitarismo; Biopolítica; Corpo.

ABSTRACT: 1984 is a dystopian novel that depicts a society that lives adrift from the totalitarian regime impregnated by the Party, led by Big Brother. The aim of this study is to

¹ Mestranda em Literatura Comparada pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Graduada em Direito pelo Centro de Ensino Superior de Foz do Iguaçu - CESUFOZ. Especialista em privacidade e proteção de dados pelo Centro Universitário Autônomo do Brasil - UNIBRASIL (ESA e ESMAFE). Especialista em Gestão, Estratégia e Planejamento em Fronteiras pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras - IDESF. Integrante do grupo de pesquisa GEPALC- Gênero e Poder na América Latina e Caribe. Presidente da Comissão de Direito Digital e Proteção de Dados da OAB Subseção Foz do Iguaçu (2022-2024). Membro Correspondente da Comissão Especial de Privacidade, Proteção de Dados e Inteligência Artificial da OAB Seção São Paulo (2022-2024). Diretora de Direitos Humanos do IDESF. Membro Titular do Comitê de Proteção de Dados do Instituto Brasileiro de Consumidores e Titulares de Dados (IBCTD). Coordenadora do Curso de Direito e do Núcleo de Práticas Jurídicas do CESUFOZ. Professora do curso de Direito do CESUFOZ e UNIFOZ. Advogada. Palestrante e escritora.

² Doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). É professora adjunta do curso de graduação em Antropologia-Diversidade Cultural Latino-Americana e do Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada (PPGLC) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Atualmente é pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É líder do grupo de pesquisa GEPALC - Gênero e Poder na América Latina e Caribe, onde desenvolve pesquisas sobre gênero e desigualdades, feminismo decolonial, sexualidades e processos de subjetivação

analyze the dynamics of the society reproduced by Orwell, in order to demystify and understand the power logics used by the Party to aim for the domination of bodies and, consequently, of clothing. From the theoretical point of view, this study relies on Foucault and Agamben for the notions of biopolitics, uses Arendt for approaches on totalitarianism, and brings the panoptism outlined by Foucault. As a result, it was obtained that biopolitics and the manipulation of truth are coated as logics of power, and surveillance is an instrument that helps to control and increase the effectiveness of power and domination of the totalitarian system over the individual. It was also found that clothing, as an extension of the body, is configured as a technology of biopolitics.

Keywords: 1984; Manipulation; Totalitarianism; Biopolitics; Body.

INTRODUÇÃO

Em 1984, George Orwell constrói um enredo que, influenciado pelas tragédias da Segunda Guerra Mundial, traz cenários e situações distópicas ocorridas no país fictício denominado Oceânia, que possui pinceladas da realidade dos regimes totalitários vividos por ele. Orwell escreveu a obra 1984 em 1948, o título da obra tem os seus últimos dois números trocados – 1948/1984 ano de escrita/ano em que as narrativas ocorrem no romance. A abordagem de 1984 comporta críticas aos regimes totalitários daquele momento histórico, denunciando o seu poder de domínio sobre os corpos, a vontade e a personalidade do indivíduo.

A obra retrata um cenário pautado nas lógicas de domínio e poder reproduzidas pelo regime totalitário adotado pelo Partido, que governava a Oceania com base no totalitarismo, sob a liderança do Grande Irmão. Entre as dinâmicas adotadas pelo regime estava a manipulação da verdade, onde a narração dos fatos sofria alterações no âmbito de sua divulgação com a finalidade de atender aos interesses do Partido. Winston Smith integrou a trama como personagem principal. Trabalhava no Ministério da Verdade, tendo como função distorcer os fatos e reconstruir as notícias e registros com base nas conveniências do Partido, liderado pela figura do Grande Irmão presente nas *teletelas*.

No decorrer da obra é demonstrado que a dominação dos corpos estava representada no controle da alimentação, hábitos e sexualidade dos indivíduos, atingindo os horários de sono, trabalho e saídas, inclusive, na simples manifestação feita pelo corpo dormente tomada pelo

inconsciente, que já era ato passível de punição. Sobre o corpo dormente, o romance distópico traz a situação enfrentada por um vizinho de Winston, que foi denunciado pela própria filha de sete anos que escutou o pai gritar durante um sonho “Odeio o Grande Irmão”, o qual, então, foi preso pelo crime de pensamento, onde, os pensamentos reprovados pelo regime totalitário eram considerados crime. O sistema de vigilância perpetuado pelas *teletelas* denunciava as ações que contrariavam o que o sistema pregava. A *teletela* era um instrumento utilizado pelo Estado. Estava espalhada em todos os locais públicos e privados (como as casas) com a finalidade de vigiar as pessoas permanentemente, contribuindo para a detecção das ações consideradas como transgressoras ao regime totalitário. A *teletela* era uma espécie de televisão com câmera com a proposta de servir como um objeto de telecomunicação e vigilância. O corpo era um mero instrumento a serviço do progresso do Partido. Ainda, no contexto, havia a dominação da vestimenta, uma vez que os membros do Partido eram obrigados a se uniformizarem, não possuindo a liberdade de usar outros trajes, mesmo que fora do horário de serviço, com exceção de pijama para dormir.

A manipulação da verdade como lógica de poder tinha o intuito de vivificar e enaltecer o amor do povo pelo Grande Irmão para disseminar o sentimento de que o sistema adotado era o mais adequado e atendia as necessidades e anseios da população, deixando os corpos dóceis e submissos. Já a biopolítica pode ser observada pelo fato de haver estratégias políticas do Partido quanto ao controle da sexualidade, natalidade, vestimentas, subjetividade e dos relacionamentos afetivos, como aquele que ocorre entre as personagens de Winston e Júlia, e que será analisado mais adiante.

O Objetivo Geral deste estudo consiste na observação da manipulação da verdade e da biopolítica como dinâmicas e lógicas de poder introduzidas na sociedade totalitária retratada em 1984, de George Orwell, e como isso reflete no domínio dos corpos e vestimentas. Os Objetivos Específicos são: a) contextualizar a distopia de 1984 e sua relação com as lógicas de poder; b) analisar o controle do corpo e da vestimenta sob a ótica da biopolítica; c) observar a manipulação da verdade como instrumento de controle dos corpos por meio do medo e gestão da emoção.

As distorções da verdade e as reproduções de conteúdos inverídicos pautados no estado ficcional da “verdade inventada” pelo Partido, eram tidas como instrumentos de poder e controle estatal sobre a população que venerava o Grande Irmão como líder e herói onipresente. Assim, na sequência será analisada a manipulação da verdade e como esta pode assumir o controle dos corpos.

1. A MANIPULAÇÃO DA VERDADE COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DOS CORPOS E DA VESTIMENTA

Winston, personagem protagonista do romance, não coadunava com as ações tomadas pelo regime totalitário instaurado pelo Partido e, a partir de suas narrativas descritas em seu próprio diário, objeto proibido e mantido em segredo, traz reflexões e indagações sobre as condutas e procedimentos adotados pelo Partido. No entanto, o pensamento desaprovado pelo Partido, por si só, já configurava uma espécie de delito, o crime de pensamento que, na *Novidioma* (idioma fictício que visava diminuir a quantidade de vocabulários e, conseqüentemente, reduzir o pensamento), denominava-se *crimideia*, passível de punição. Ou seja, o sistema não só pretendia dominar as ações, mas também os pensamentos dos indivíduos.

A função de Winston como membro do Partido externo estava voltada para a atuação no Ministério da Verdade, mais precisamente no Departamento de Documentação, sendo o responsável por editar a verdade, manipulando as informações segundo os interesses do próprio núcleo do Partido que tinha como lema sobre o controle do passado: “quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” (ORWELL, 2021, p. 268).

Nesse sentido, a criação da *Novidioma* e a manipulação da verdade tinham por escopo o controle do Partido sobre a população, considerando a comunicação como um potente influenciador. A lógica de poder contida nesses mecanismos de dominação criava um ambiente de tortura e ausência de liberdades, fundada no sentimento de proteção e afeto político, mas que resultava em subalternidade e, conseqüentemente, domínio dos corpos.

As passagens na obra que demonstram com clareza tal lógica de poder são demonstradas pelo romance vivido pelas personagens Winston e Júlia, que para viver o amor num regime que abominava e criminalizava a sexualidade e os sentimentos, era necessário fugir das vistas do Grande Irmão. Júlia trabalhava para o Partido, mais precisamente no Departamento de Ficção do Ministério da Verdade nutria secretamente um sentimento contra o sistema totalitário, sendo: “uma moça de aparência provocante, de seus 27 anos, com cabelo preto grosso, rosto sardento e movimentos ágeis, atléticos” (ORWELL, 2021, p. 17). O domínio do corpo demonstrado pelo controle das vestimentas é representado pela passagem em que Júlia aparece maquiada para Winston que se surpreende, pois nunca imaginou ver alguma mulher do Partido maquiada. A simples pintura no rosto demonstrou que: “a melhora na aparência era espantosa. Com uns poucos traços de cor nos lugares certos, ela se tornara não apenas muito mais bonita, mas, acima de tudo, muito mais feminina” (ORWELL, 2021, p. 153). O perfume usado por Júlia também não passou despercebido por Winston. Isso é retratado durante o diálogo entre ambos, onde Júlia disse:

Sim, querido, perfume também. E sabe o que vou fazer em seguida? Vou conseguir um pouco de roupa feminina em algum lugar, e vou usá-la em vez destas malditas calças. Vou usar meias de seda e saltos altos! Neste quarto serei mulher, não uma camarada do Partido (ORWELL, 2021, p. 153).

Por certo que a vestimenta compõe a personalidade do indivíduo, sendo uma das liberdades inerentes à dignidade humana. Ao se vestir de forma contrária ao imposto, Júlia demonstrou a libertação e transgressão ao sistema totalitário em nome da recuperação da sua identidade. A estipulação da uniformização e dos códigos de vestimentas pode se configurar como instrumento de opressão quando delineada como instrumento de dominação dos corpos alheios.

O fato é que no totalitarismo não há espaço para o exercício da dignidade humana em todas as suas faces, inclusive atinge o modo de vestir que é parte integrante da externalização do direito à personalidade. Aqui cabe pontuar o alerta de Arendt sobre as estruturas do totalitarismo corroborando que:

A agressividade do totalitarismo não advém do desejo do poder e, se tenta expandir-se febrilmente, não é por amor à expansão e ao lucro, mas apenas por motivos ideológicos: para tornar o mundo coerente, para provar que o seu supersentido estava

certo. É principalmente em benefício desse supersentido, em benefício da completa coerência, que se torna necessário ao totalitarismo destruir todos os vestígios do que comumente chamamos de dignidade humana. Pois o respeito à dignidade humana implica o reconhecimento de todos os homens ou de todas as nações como entidades, como construtores de mundos ou co-autores de um mundo comum (ARENDR, p. 509, 1989).

A vestimenta, como extensão do corpo, pode ser observada como uma tecnologia da biopolítica (FOUCAULT, 2011), uma vez que está ligada intimamente ao corpo e é objeto de norma como instrumento que regula e disciplina a população com capacidade de gerenciar vidas e personalidades.

A padronização estética visual é uma forma de sujeição do indivíduo frente a um poder, como em 1984, onde os membros externos do Partido deviam estar constantemente uniformizados. Nesse sentido, vale destacar que: “o espaço humano, concreta ou simbolicamente vivido, pode constituir o sustentáculo de políticas de governamentalidade ou a resistência a elas” (SCHMITT, 2015, p. 224). Ainda, “o espaço é sempre *locus* político, em que coexistem dimensões sociais de capital, segurança e relações intersubjetivas de poder” (SCHMITT, 2015, p. 224).

A vestimenta é uma forma de expressão e um fenômeno social simbólico e significativo para o indivíduo em sua subjetividade, capaz de integrá-lo e/ou localizá-lo em um determinado grupo, cultura ou sociedade pelo qual está inserido. Na passagem em que Júlia se veste conforme sua vontade, ela demonstra que o vestuário pode se configurar como um instrumento de resistência ao regime totalitário e suas formas de poder. As vestes podem ser consideradas uma extensão do corpo, da manifestação da vontade e personalidade do indivíduo, se estendendo na produção do gênero e envolvendo questões políticas, podendo ser objeto de análise da biopolítica, enquanto instrumento de dominação. Ainda, as vestimentas estão entrelaçadas à dignidade humana, a qual é um: “valor próprio e extrapatrimonial da pessoa humana, especialmente no contexto do convívio da comunidade, como sujeito moral” (GAMA, 2011, p. 255).

Verificar o contexto acima exposto é imprescindível para a compreensão das lógicas de poder inseridas no totalitarismo de 1984, com análise voltada à dominação dos corpos e das

vestimentas como extensão do corpo e representação do indivíduo perante a sociedade. A dominação dos corpos e das vestimentas narradas por Orwell expressam nuances do encarceramento do indivíduo no seu próprio corpo, no sentido de despertencimento de si, sendo o corpo apenas objeto de controle e punição exercido pelo poder soberano.

2. 1984: DISTOPIA, LÓGICAS DE PODER E LIBERDADES

Orwell escreveu sobre um futuro enquadrado num sistema totalitário embasado nos afetos políticos e nas formas de domínios do regime sobre uma população guiada pelas falsas informações e pelo terror do totalitarismo. Em 1984, tudo e todos deviam ser regradados e movidos pelo melhor interesse do Partido, orientado pelos lemas: “Guerra é paz; Liberdade é escravidão; Ignorância é força” (ORWELL, 2021, p. 23).

É observável o instinto de dominação inserido nos lemas acima, defendidos pelo Partido, os quais possuíam um sentido ambíguo, o que levava aos indivíduos a crerem numa realidade distorcida e edificada com base na manipulação da verdade. Nesse sentido, a verdade enquanto conhecimento carrega consigo um potencial poder de empoderar os indivíduos acerca de seus papéis e importância perante a sociedade, o que pode ser considerado como empecilho para um regime que tende a pregar o totalitarismo e a dominação.

Ao falar sobre o totalitarismo, pertinente destacar a obra “Origens do totalitarismo”, de Hannah Arendt, que versa sobre o totalitarismo alemão de Hitler e o totalitarismo soviético de Stalin fundamentados no domínio das massas e nas ações de terror. Na mencionada obra, dentre algumas categorias de grupos de pessoas elencadas por Arendt, tem-se a denominada ralé que, segundo a filósofa:

[...] é fundamentalmente um grupo no qual são representados resíduos de todas as classes. É isso que torna tão fácil confundir a ralé com o povo, o qual também compreende todas as camadas sociais. Enquanto o povo, em todas as grandes revoluções, luta por um sistema realmente representativo, a ralé brada sempre pelo “homem forte”, pelo “grande líder”. Porque a ralé odeia a sociedade da qual é excluída, e odeia o Parlamento onde não é representada (ARENDR, p. 129, 1989).

Tal comparação ampara-se no sentido de que, conforme Arendt (p.129, 1989), a ralé conclama por um “grande líder” ao mesmo tempo em que se pauta num sentimento de ódio e no apoio ao totalitarismo, equiparando-se aos membros do Partido externo da obra 1984 que, por sua vez, eram direcionados pela difusão do ódio, pela reprodução da agressividade contra os inimigos e pelo apoio ao governo totalitário, venerando o Grande Irmão como líder supremo. O Partido externo era a classe que possuía benefícios reduzidos se comparados ao Partido interno, que era a classe mais rica. Era a classe intermediária inserida entre o Partido interno (classe mais rica) e a prole, que era a classe mais invisível e abandonada. Assim, cabe ressaltar que:

A “ralé” [*mob*] foi um movimento nascido no seio do imperialismo e diz respeito a um fenômeno político relevante para se compreender o que Hannah Arendt concebe acerca desse grupo de pessoas, que influenciou os rumos da política na Europa, sobretudo nos acontecimentos do final do século XIX e do século XX marcados pelo antissemitismo. É por esse motivo que havia na “ralé” [*mob*] um tipo de comportamento agressivo em relação àqueles que esse grupo considerava na condição de inimigo a exemplo dos judeus. A agressividade era uma das características da “ralé” [*mob*]. (OLIVEIRA, p. 46)

O Partido externo influenciava o rumo político da sociedade de Orwell, no sentido de apoiar o regime totalitário e a manifestação do ódio, principalmente representada pelos “Dois Minutos de Ódio”, onde o inimigo Goldstein era o motivo que irradiava o ódio. Goldstein foi um revolucionário que guerreou juntamente com o Grande Irmão pelo Partido, mas virou um fugitivo quando o Partido alcançou o poder e ele notou o início de uma distopia. A partir daí foi considerado pelo Grande Irmão um inimigo que deveria ser combatido e odiado por todos. Nos “Dois Minutos de Ódio”, o inimigo Goldstein tinha exposta a sua foto para ser vaiado e “linchado” pelos presentes.

O fato é que os membros do Partido externo da obra 1984 viviam uma vida miserável com muitas restrições de vestes (uniformização), alimentações e liberdades, diferentemente dos membros do Partido interno, os quais eram a minoria que detinha riquezas naquela sociedade ficcional. A imposição da uniformização, restrição e controle de alimentos e demais liberdades – como a privacidade, que era tolhida pelas *teletelas*, tecnologia de telecomunicação utilizada, inclusive, dentro das residências, que visualizava e escutava tudo o que ocorria nos lares, bem como servia para transmitir comunicações –, era uma forma de controlar os corpos.

O líder do Partido, o Grande Irmão, presente nas *teletelas*, criava uma atmosfera de vigilância opressora, como lógica de poder e de supressão da individualidade e liberdades. A constituição da sociedade distópica de Orwell, liderada pelo Grande Irmão, elenca artifícios narrativos que denunciam as consequências do totalitarismo, como a dominação em massa e, conseqüentemente, dos corpos, por meio do poder repressivo e convencedor. O Grande Irmão, mesmo que nunca visto pessoalmente por ninguém, apenas aparecendo através das *teletelas*, alcançava, por meio de seus discursos, o clamor e a veneração dos membros do Partido, tendo altíssimo nível de aprovação e apoio destes, podendo-os comparar com a ralé de Arendt.

Michel Foucault retrata o cenário panóptico em sua obra de forma a retratar sobre as instituições vigilantes e punitivas como instrumentos de poder sobre as pessoas. O filósofo define o panoptismo como:

[...] forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas. Este tríplice aspecto do panoptismo – vigilância, controle e correção – parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade (FOUCAULT, 2002, p. 103).

O panoptismo, como instrumento de controle presente em 1984, estava principalmente representado pelas *teletelas* que tudo e a todos vigiavam. O panoptismo para Foucault (2011, 194): “deve ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento; uma maneira de definir as relações de poder com a vida cotidiana dos homens”. As disciplinas que regem o panóptico: “funcionam como técnicas que fabricam indivíduos úteis” (FOUCAULT, 2011, p. 199). No entanto, o panóptico, para alcançar o seu propósito, ultrapassa a vigilância efetiva e atinge a compreensão da certeza da implantação de um sistema de vigilância. Ou seja, as pessoas tem a certeza de sua implantação. Em 1984, a certeza da implantação acontecia por meio de fachadas/retratos/cartazes espalhados nos mais variados locais, e: “era um desses retratos feitos de tal modo que os olhos seguem a pessoa quando ela se mexe” (ORWELL, 2021, p. 10), acompanhados da legenda: “O Grande Irmão estava vigiando você” (ORWELL, 2021, p. 10). Essa certeza da vigilância está impregnada na sociedade de 1984.

Na sociedade utópica de Orwell, a intensa padronização e uniformização é sinalizada como instrumento de domínio edificada com base na falsa percepção de igualdade entre as pessoas, intencionando disfarçar as disparidades sociais semeadas, no mesmo contexto em que os integrantes do núcleo do Partido interno detinham privilégios sobre os demais integrantes externos. A uniformização no sentido de padronizar também pode ter seu eixo voltado ao banimento do embelezamento individual como forma de tornar uma pessoa única e sexualmente atraente, como vimos no tópico anterior. O casamento também não era permitido quando havia elos sentimentais que invocavam amor ou até mesmo atração física, mas devia ser visto como algo necessário para gerar indivíduos. Tampouco era permitido relacionamentos sexuais fora do casamento. A punição era severa para aqueles que não acatavam os preceitos impostos.

O ambiente de vigilância e controle proposto pelo Partido, tinha a intenção de detectar os traidores, corrigi-los e convertê-los em sujeitos obedientes, acríticos e padronizados. Isso pode ser demonstrado com a passagem da obra que retrata a cena do romance entre Winston e Júlia que, por viverem um amor proibido e, por planejarem contra o Partido, se unindo à Confraria e ao O'Brien (que também demonstravam estruturas de apoio à queda do Grande Irmão), foram presos justamente no quarto que alugavam de um senhor chamado Charrington. E o casal sofreu torturas ao ser descoberto.

Assim, o terror impregnado pelo totalitarismo em 1984 atingia, inclusive, as regras de união entre os casais, não permitindo casamentos entre membros do Partido, salvo se avaliado e permitido por um comitê específico. Havia a necessidade de analisar e certificar que o relacionamento não seria pautado em atração física, mas sim no interesse: “de gerar crianças para servir o Partido” (ORWELL, 2021, p. 153). Winston e Júlia experimentaram o amor mútuo e a revolta pelo sistema. Um sentimento alimentava o outro. Era necessário fincar a subversão política em terras totalitárias para que a semente do amor pudesse germinar e florescer em campos adubados com ódio e terror. Ambos, antes de serem presos e torturados, acreditavam que juntos poderiam somar resistências contra o sistema totalitário.

O'Brien, membro do Partido e antagonista do romance, se encarregou de ser o traidor e torturador de Winston, convencendo-o a aceitar os ditames do sistema e a obedecer ao Grande

Irmão como portador de toda a verdade e herói do povo. Já o Sr. Charrington, que alugou o quarto onde o casal se encontrava, também era membro do Partido, mais precisamente da Polícia das Ideias, traindo-os também. No quarto alugado havia uma *teletela* escondida que espionava tudo, inclusive escutou a confissão de Winston sobre o seu maior medo, ratos, durante uma conversa com Júlia. Durante as torturas, O'Brien sempre mostrava quatro dedos esticados e perguntava a Winston quantos dedos ele enxergava, este respondia quatro, convictamente recusando-se a responder que eram cinco dedos, conforme insistia O'Brien na tentativa de manipulá-lo. A recusa de Winston em ceder à manipulação de O'Brien indicava a sua resistência em aceitar a manipulação de sua memória e da verdade imposta por O'Brien.

Contudo, a resistência de Winston cedeu quando o seu maior medo ratos, é utilizado por O'Brien como último artifício de tortura contra ele. Winston foi levado, então, para a sala 101, considerada o local mais tenebroso no Ministério do Amor, onde estava preso. Ao ver que na sala 101 tinha ratos, Winston logo apresentou sua resignação e ganhou a liberdade. A tortura ocorrida na prisão contra Winston foi tão brutal, que ao ver os ratos, seu amor por Júlia demonstrou desaparecer e no momento em que ele viu a eminência de ser “devorado” pelos ratos, gritou: “Façam isso com a Júlia! Façam isso com a Júlia! Não comigo! Com a Júlia! Não me importa o que vocês façam com ela. Rasguem a cara, rasguem até os ossos. Não comigo! Com a Júlia! Não comigo!” (ORWELL, 2021, p. 309). A partir disso, Winston tornou-se um indivíduo “convertido”, padronizado e apto a sobreviver na sociedade totalitária.

O empenho do Partido no sentido de alcançar a dominação dos corpos é demonstrado na fala de O'Brien:

Já estamos desconstruindo os hábitos de pensamento que sobreviveram da época anterior à Revolução. Cortamos os vínculos entre filhos e pais, entre homem e homem e entre homem e mulher. Ninguém mais se atreve a confiar na esposa ou em um filho ou amigo. Mas, no futuro, já não existirão esposas ou amigos. As crianças serão levadas de suas mães no nascimento, como se tira um ovo de uma galinha. O instinto sexual será erradicado. A procriação será uma formalidade anual, como a renovação do carnê de alimentação. Vamos abolir o orgasmo. Nossos neurologistas estão trabalhando nisso. Não existirá lealdade, exceto a lealdade ao Partido. Não existirá amor, exceto o amor pelo Grande Irmão. Não existirá riso, exceto o riso do triunfo sobre o inimigo derrotado. Não existirão arte, literatura, ciência. Quando nós formos onipotentes, não teremos mais necessidade de ciência. Não haverá distinção entre beleza e feiura. Não haverá curiosidade nem encanto com o processo da vida. Todos os prazeres afins serão eliminados (ORWELL, 2021, p. 288-289).

A intervenção do Partido no corpo alheio como parte integrante e essencial da efetividade e do direcionamento uniforme das massas às regras do sistema era um dos pilares que sustentavam o totalitarismo impregnado em 1984. A biopolítica, utilizada como uma das lógicas de poder, era um fator incisivo pautado nos fatores decisórios sobre a vida, de forma a legitimar a morte. Nesse sentido, quanto aos seus estudos relativos às teorias da soberania, Foucault se debruçou sobre duas noções diacrônicas: 1) *fazer morrer e deixar viver*, exercido pela antiga soberania; 2) *fazer viver e deixar morrer*, parte de uma nova biopolítica soberana, sendo esta substituta daquela. No entanto, importante aclarar a existência de uma terceira noção proposta pelo filósofo Giorgio Agamben, que preceitua:

Foucault – como vimos – define a diferença entre o biopoder moderno e o poder soberano do velho Estado territorial mediante o cruzamento de duas fórmulas simétricas. *Fazer morrer e deixar viver* resume a marca do velho poder soberano, que se exerce, sobretudo, como direito de matar; *fazer viver e deixar morrer* é a marca do biopoder, transformando a estetização do biológico e do cuidado com a vida no próprio objetivo primário. À luz das considerações precedentes, entre as duas fórmulas insinua-se uma terceira, que define o caráter mais específico da biopolítica do século XX: já não fazer morrer, nem fazer viver, mas fazer sobreviver. Nem a vida nem a morte, mas a produção de uma sobrevivência modulável e virtualmente infinita constitui a tarefa decisiva do biopoder em nosso tempo (AGAMBEN, 2008, p. 155).

O fato é que, como observável, os discursos em 1984, em sua totalidade, repousam nas lógicas de poder. A sobrevivência está entrelaçada à vida, no sentido de que: “em todo caso, seja que sobreviva o homem ou o não-homem, o animal ou o orgânico, se poderia dizer que a vida traz em si mesma o sonho – ou o pesadelo – da sobrevivência” (AGAMBEN, 2008, p. 155). Isso requer dizer que a produção do “sobreviver” se enquadra no ofício atribuído à biopolítica. Assim: “pode-se dizer, aliás, que a produção de um corpo biopolítico seja a contribuição original do poder soberano. A biopolítica é, nesse sentido, pelo menos tão antiga quanta a exceção soberana” (AGAMBEN, 2007, p. 14).

Com base em Agamben, é possível delinear que obedecer para sobreviver e o acreditar e aceitar para sobreviver – situações narradas em 1984 –, torna-se o sobreviver sem viver e, ainda, que se trata de uma “vida morta”, pois uma vida pela qual não se tem o poder de decisão sobre seu *modus* de viver, perde a sua essência de ser, apenas mantém-se o instinto de permanecer vivo biologicamente, como fazem os animais. Muito embora exista a afirmação de que o homem se distingue do animal (NASCIMENTO, 2013, p. 22), Agamben (2013, p. 26)

vem no sentido de que: “o homem existe historicamente apenas sob esta tensão: ele pode ser humano apenas na medida em que transcende e transforma o animal antropóforo que o sustenta”, reiterando ainda que isso ocorre: “somente porque, por meio da ação negadora, é capaz de dominá-lo e, eventualmente, de destruir sua própria animalidade” (AGAMBEN, 2013, p. 26).

A marginalização dos corpos, vista desde o conceito de biopolítica como instrumento de poder sobre o corpo alheio e administração da vida, também permeia e atinge o campo da estética, onde se insere o modo de vestir. O corpo pode se tornar alvo dos mecanismos criados pelo Estado com a intenção de regradar as condutas individuais e coletivas segundo seus interesses, direcionando-o sob a perspectiva social e política. Com efeito, criam-se relações pautadas na produção e resignação do sujeito dominado.

No entanto, o cerne da questão reside nas relações de medo provocadas pelas imposições arbitrárias ditadas pelo totalitarismo, não tendo espaço para a escolha, apenas para a obediência. A então resignação do sujeito dominado diante da utilização de seu corpo pode estar atrelada ao medo. Nesse sentido: “se o biopoder engendra uma produção política total e totalizante, uma das vertentes dessa obra é a produção de medo. O medo produz e é produzido por uma violência biopolítica que transpassa toda a esfera cultural” (SCHMITT, 2015, p. 228).

Além da biopolítica utilizada como controle dos corpos e para instaurar o terror, o regime totalitário de 1984 também se utilizava da manipulação da verdade como tática e estratégia de dominação. As *teletelas* reproduziam notícias falaciosas e inverídicas com o fito de ludibriar a população, direcionando-as aos interesses do sistema. A (in)verdade era manipulada por meio de divulgações e propagandas de falsas conquistas com a intenção de demonstrar que haviam inimigos, mas que também havia o Grande Irmão para proteger a nação. O Grande Irmão era o herói atento aos atos dos inimigos. À vista disso, deve-se considerar que: “a ideologia da segurança, substitutiva da ideologia da defesa, está investida no papel de produzir medos e inimigos a fim de endossar a guerra interna, ou, em outras palavras, de legitimar o estado de exceção permanente” (SCHMITT, 2015, p. 228). Ainda, necessário pontuar que:

Nos países totalitários, a propaganda e o terror parecem ser duas faces da mesma moeda. Isso, porém, só é verdadeiro em parte. Quando o totalitarismo detém o controle absoluto, substitui a propaganda pela doutrinação e emprega a violência não mais para assustar o povo (o que só é feito nos estágios iniciais, quando ainda existe a oposição política), mas para dar realidade às suas doutrinas ideológicas e às suas mentiras utilitárias (ARENDR, p. 390, 1989).

Isso requer dizer que o terror, para Arendt, é o princípio político do totalitarismo, no sentido de que: “a propaganda é, de fato, parte integrante da "guerra psicológica"; mas o terror o é mais. Mesmo depois de atingido o seu o objetivo psicológico, o regime totalitário continua a empregar o terror [...]” (ARENDR, p. 393, 1989). Ainda, sobre o terror como realização da lei do movimento que estrutura o regime totalitário, Arendt explica que:

O terror é a realização da lei do movimento. O seu principal objetivo é tornar possível à força da natureza ou da história propagar-se livremente por toda a humanidade sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea. Como tal, o terror procura “estabilizar” os homens a fim de liberar as forças da natureza ou da história. Esse movimento seleciona os inimigos da humanidade contra os quais se desencadeia o terror, e não pode permitir que qualquer ação livre, de oposição ou de simpatia, interfira com a eliminação do “inimigo objetivo” da História ou da Natureza, da classe ou da raça (ARENDR, 1989, p. 517).

Em 1984 isso é demonstrado quando Júlia e Winston sofrem torturas ao serem flagrados juntos vivenciando um romance proibido e tramando contra o regime Winston, como vimos anteriormente, enquanto encarcerado pelo Partido foi manipulado por O'Brien. Durante o processo de manipulação, que era tida como um processo de cura, Winston se demonstrava convicto quanto às suas crenças. É importante salientar que o objetivo da prisão não era a confissão ou punição, mas sim a “cura”. Segundo O'Brien: “Nós não destruímos os nossos inimigos, nós os modificamos” (ORWELL, 2021, p. 274). A manipulação em 1984 pode ser observada no contexto de um diálogo aterrorizante na prisão entre Winston e O'Brien, onde:

O'Brien sorriu, desanimado.
– Você não é um metafísico, Winston” – disse. – Até este momento, nunca parou para considerar o significado de “existência”. Vou reformular com mais precisão. O passado existe concretamente, no espaço? Existe, em um lugar ou outro, um mundo de objetos sólidos, onde o passado ainda esteja acontecendo?
- Não.
- Então onde o passado existe, se é que existe?
- Nos registros. Está escrito.
- Nos registros. E...?
- Na mente. Nas memórias humanas.

- Na memória. Muito bem, então. Nós, o Partido, controlamos todos os registros e controlamos todas as memórias. Então, nós controlamos o passado, não? (ORWELL, 2021, p. 269).

É perceptível a tentativa de manipulação como instrumento de convencimento e tortura psicológica, a qual era utilizada em conjunto com a tortura física. O medo mais íntimo do torturado era usado como estratégia de domínio. O medo de ratos que Winston tinha foi empregado como uma das técnicas de terror: ou ele acreditava naquilo que lhe era imposto ou sofreria as consequências de viver o medo. E o acreditar deveria ser sincero, não apenas momentâneo, baseado na dissimulação. A manipulação deveria alcançar sua finalidade, a modificação do indivíduo.

O terror e a tortura sofridas por Winston foram suficientes para convencê-lo de seu “erro” ou sua “doença”. O medo mais oculto Winston (medo de ratos) foi descoberto e usado contra ele próprio. Tal técnica impregnada para aplicar o terror foi exitosa a ponto de Winston renunciar o seu grande amor por Júlia. Os quatro dedos de O’Brien finalmente eram cinco para Winston. Então Winston voltou a vestir o uniforme do Partido.

A ruptura do elo que entrelaça a dignidade e o Ser, qual seja, a liberdade, tende a causar efeitos na esfera individual com tendência a se tornar um problema de ordem coletiva. Uma dessas problemáticas, talvez a raiz de quase todos os males, é a normalização da perda dessa liberdade em face do totalitarismo que oferece falsas percepções, como bem demonstra 1984, através do *slogan* “Liberdade é escravidão”. Acaso, há de se falar em dignidade onde inexistente liberdade? Declinar desse direito inerente à existência humana digna tende a gerar o que se pode denominar por efeito dominó: a peça “liberdade” ao cair, derrubará as peças “igualdade”, “ciência”, “paz” e “fraternidade”. Todas essas peças são pilares que edificam o progresso individual e coletivo. Afinal: “liberdade é ser livre para dizer que dois mais dois são quatro. Se isso estiver garantido, todo o resto é consequência” (ORWELL, 2021, p. 90).

Todavia, em 1984 era inculcado no meio social a percepção de que a liberdade não permitia ir tão longe quanto à submissão, além de ser perigosa, sendo importante, inclusive, abdicar da própria identidade em nome do poder, conforme demonstrou O’Brien em uma de suas conversas com Winston:

A primeira coisa que precisa entender é que o poder é coletivo. O indivíduo só tem poder na medida em que cessa de ser um indivíduo. Você conhece o lema do Partido ‘liberdade é escravidão’. Já lhe ocorreu que ele é reversível? Escravidão é liberdade. Sozinho, ou seja, livre, o ser humano é sempre derrotado. E assim deve ser, pois todo ser humano está condenado à morte, que é a maior de todas as falhas. Mas se ele conseguir atingir a submissão completa, extrema, se conseguir escapar da própria identidade, pode se fundir ao Partido e assim ser o Partido, e então tornar-se todopoderoso e imortal. A segunda coisa a ser entendida é que poder é poder sobre os seres humanos. Sobre o corpo, mas sobretudo sobre a mente. O poder sobre a matéria, ou realidade externa, como você a chamaria, não importa. Nosso controle sobre a matéria já é absoluto (ORWELL, p. 285-286).

Percebe-se que a liberdade era tratada como fraqueza e risco. Partindo desse pressuposto, abriam-se brechas para que a liberdade fosse estreitada de vários modos: excesso de vigilância, tipos de dominações, manipulações de verdades, falsas percepções de realidade etc. Em 1984, para alcançar o domínio dos corpos restringiu-se a liberdade, edificou-se uma estrutura de dominação pautada em manipulações para convencer e obrigar os indivíduos ao regramento proposto, de forma dócil, submissa e disciplinada aos interesses do Partido. Nesse sentido: “a formação da sociedade disciplinar está ligada ao incremento dos mecanismos de manipulação sobre os corpos humanos e à formação do corpo dócil, pronto para a obediência e forte para o trabalho” (NASCIMENTO, 2014, p. 30).

O fato é que a sociedade totalitária de 1984 estava alicerçada no poder disciplinar sobre os indivíduos, o qual visava o domínio sobre os corpos e se pautava nas lógicas de poder, como a manipulação da verdade e a biopolítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra distópica, 1984, muito embora seja objeto de pesquisas voltadas, principalmente, para questões de vigilância e privacidade, também traz nuances distintas passíveis de serem estudadas, como no caso em estudo, o domínio dos corpos e, conseqüentemente, da vestimenta, experimentadas no regime totalitário proposto no romance. As relações entre os personagens demonstram complexidades alinhadas às relações de domínio e lógicas de poder tendentes a moldar os indivíduos segundo os interesses do sistema, fazendo do corpo a própria prisão de si mesmo.

A manipulação da verdade e a biopolítica são lógicas de poder utilizadas na sociedade de Orwell, conforme demonstrado em várias passagens descritas no romance distópico. As *teletelas* eram utilizadas como sistema de vigilância capaz de criar a autovigilância para garantir o cumprimento dos preceitos ditados pelo regime totalitário, com base no panoptismo de Foucault.

Na sociedade orwelliana era perceptível a utilização da biopolítica através do domínio do Partido sobre, dentre outros, a sexualidade, alimentação, os relacionamentos, casamento e vestimentas. No contexto deste estudo, a vestimenta pode ser vista como uma tecnologia da biopolítica, considerando que se trata de uma extensão do corpo e que está umbilicalmente interligado a este, podendo ser objeto de normatização e política voltadas ao gerenciamento dos corpos e da vida. Já a manipulação da verdade foi observada como uma das lógicas de poder mais utilizada em 1984, influenciando no modo de sentir, vestir, agir e pensar dos indivíduos.

A gestão da informação e dos corpos foram instrumentos utilizados como potência eficaz de dominação e controle pelo Partido. A disseminação dessas gestões tende a influenciar e conduzir a sociedade em seu eixo visionário, opinativo e decisório, alcançando efeitos para além do individual, atingindo a esfera coletiva. A maioria da população era dominada com as estratégias aplicadas pelo Partido, ressaltados raros casos de pessoas que eram contra o sistema, como o personagem principal, Winston. Mas até mesmo Winston foi atingido pelas próprias alterações da realidade que manipulou enquanto membro do Partido. Verificou-se, durante toda a obra, a distorção do estado real da verdade para o estado ficcional da “verdade inventada” proposta como objeto de manipulação dos corpos para a torná-los dóceis e submissos. Por fim, ao final do romance, foi demonstrado que o Partido, por meio de torturas e manipulações, subjuguou e convenceu até mesmo o próprio Winston, seu grande crítico, a amar e acreditar no Grande Irmão como herói onipresente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz:** o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **O aberto:** o homem e o animal. Tradução Pedro Mendes. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer:** O poder soberano e a vida nua I. Tradução Henrique Burigo. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 2ª Reimpressão 2007.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo.** Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes... et al. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2011.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Dignidade Humana (no biodireito). **Dicionário de princípios jurídicos.** Organizadores Ricardo Lobo Torres, Eduardo Takemi Kataoka, Flavio Galdino. Supervisora Silvia Faber Torres. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. Animalização, despolitização e biopolítica sob a influência dos argumentos de Giorgio Agamben. **Cadernos De Ética E Filosofia Política**, 2(23), pp. 20-36, 2014. Disponível em: [Vista do ANIMALIZAÇÃO, DESPOLITIZAÇÃO E BIOPOLÍTICA SOB A INFLUÊNCIA DOS ARGUMENTOS DE GIORGIO AGAMBEN \(usp.br\)](http://www.usp.br). Acesso em: 14 de ago. de 2022.

ORWELL, George. **1984.** Traduzido por Karla Lima. 1. ed. Jandira, SP: Principis, 2021.

SCHMITT, Paula Helena. Espaços de exceção / A produção biopolítica do medo e do inimigo. **Biopolíticas:** estudos sobre política, governamentalidade e violência. Organização Jacobsen Gloeckner, Leandro Ayres França, Bruno Silveira Rigon. Curitiba: iEA Academia, 2015.

